



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

549

PARA ALÉM DO “SIM, SENHOR”: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA (1965-1979)

Dmitri da Silva Bichara Sobreira¹

Resumo: Este trabalho é baseado no projeto de mestrado aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPB em 2014, no qual será desenvolvido um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), no estado da Paraíba. Tal partido, base civil dos militares durante a ditadura, foi criado por meio do Ato Institucional nº 2, o qual implantou o sistema bipartidário no país. Além de preencher uma lacuna na História Política paraibana, tal projeto tem como objetivo verticalizar os estudos sobre a Arena ao sair da cultura histórica que o descreve como um simples fantoche dos militares, buscando analisar não só a configuração interna, mas sua relação com a sociedade. Assim, apresentaremos os objetivos inicialmente traçados para a realização da dissertação, relataremos as fontes a serem utilizadas, discutiremos os conceitos que serão utilizados na pesquisa (a exemplo da cultura política) e explanaremos sobre o contexto político local na época de sua criação.

Palavras-chave: Partido da Arena. Ditadura Militar. Paraíba (1965-1979).

Este trabalho tem a intenção de apresentar e discutir o projeto de mestrado que pretende analisar a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado pelos militares que assumiram o poder através do golpe de primeiro de abril de 1964, no estado da Paraíba. Através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), os militares destituíram o sistema pluripartidário que vigorava no Brasil desde 1945 e instalaram um bipartidarismo formado pela Arena, partido que daria apoio aos militares no parlamento, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

Depois de realizar pesquisa de iniciação científica que analisava o golpe civil-militar e a implantação da ditadura militar na Paraíba², percebi que não há nenhum

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

² Projeto PVIC realizado entre 2010 e 2012 intitulado *Golpe civil-militar e a instauração da ditadura militar na Paraíba: adesão, repressão e resistência (1964-1968)*. Minha pesquisa no plano de trabalho *Partidos políticos e atuação parlamentar na Paraíba na época da ditadura militar (1964-1968)* buscava analisar a atuação dos parlamentares e partidos políticos do golpe 1964 até a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

estudo acerca esse partido político no estado. Sobre o período da ditadura militar há uma diversidade de pesquisas realizadas, desde estudos sobre o MDB, partido de oposição, passando por políticos que atuaram na ditadura, movimento estudantil, Igreja Católica e seus membros, entre vários outros, mas nada sobre a Arena, apenas especificamente sobre alguns de seus membros.

Para esse texto, portanto, desenvolverei considerações que guiarão minha pesquisa sobre o tema exposto. Destacarei a importância de analisar a atuação do partido situacionista para melhor compreender a ditadura militar, indo além da memória social existente sobre o período, e serão apresentados os conceitos que ajudarão a entender a atuação desse partido, bem como as fontes que serão utilizadas e os objetivos que pretendo alcançar nessa pesquisa.

A ARENA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DITADURA MILITAR

Estudar a Arena vai muito além do simples fato de preencher uma lacuna na historiografia do estado da Paraíba, pensar o partido do governo é compreender a atuação de setores da sociedade civil tanto no golpe, como ao longo da ditadura militar. Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrato (2010) apontam para o fato de que por muito tempo a historiografia não pensou a ditadura também como um produto social.

De acordo com as autoras, existe uma memória social que ainda vive na dicotomia entre militares opressores e sociedade oprimida. Para esse pensamento, todos os civis, depois do processo de anistia e retorno dos militares aos quartéis, em 1989, tornaram-se democratas e resistentes ao governo militar.

Essa memória, que está além dos muros da academia, habita a sociedade brasileira que viveu a ditadura militar, e repassou uma visão obscura acerca do período e de seus personagens. Esse pensamento dicotômico e mal esclarecido ainda persiste na sociedade, ressaltando as rupturas e, algumas vezes, renegando os crimes da ditadura e suas relações com o presente.

Cabe à historiografia, portanto, refletir sobre a atuação dessa sociedade, algo que para ela é por vezes doloroso, desconfortável e até mesmo vergonhoso. É necessário revisar esse período destacando as culturas políticas nele existentes, muitas delas, remanescentes de outros períodos do processo político brasileiro.

Mas não foi só na memória social que se criou mitos sobre a ditadura. Os trabalhos acadêmicos imediatamente pós-1989 foram feitos por intelectuais militantes, que viveram e sofreram o regime autoritário. Esses estudos continuam tendo grande importância na historiografia, por terem sido os primeiros a olharem para o período, tão recente à época, de denunciar os crimes cometidos pelos militares e analisarem as organizações de esquerdas atuantes na ditadura.

Mas essa historiografia criou os *monstros* da ditadura. Nela não se consegue enxergar os opressores como pessoas comuns. Assim, distanciados do período ditatorial, a intenção dos novos trabalhos historiográficos sobre a ditadura é ver esses indivíduos como sujeitos de carne e osso, pois “Enquanto estivermos procurando *torturadores* sem rostos humanos, longe estaremos de compreender a barbárie como criação de homens e mulheres gestadas pelo nosso meio.” (QUADRATO, ROLLEMBERG, 2010; 13).

Para essa nova geração de historiadores deve se pensar não os militares que estavam nos *porões da ditadura*, como únicas engrenagens do sistema opressor. Membros da Igreja, profissionais liberais, políticos e partidos, também colaboraram com o Estado de exceção imposto pelos militares.

Em minha pesquisa tentarei mostrar como os partidos políticos e seus respectivos membros podem ser um meio de pensar que os opressores da ditadura não foram apenas os “gorilas” militares. Em geral, os partidos são instituições que não tem muito prestígio político com a sociedade, não sendo muito bem compreendidos são por vezes generalizados ou banalizados. Esse pensamento acaba ofuscando o papel desempenhado por eles na ditadura.

Ir além desses aspectos sobre os partidos ajuda a melhor compreender a atuação da sociedade na ditadura. A historiadora Lúcia Grinberg (2009), que realizou importante pesquisa sobre a Arena no contexto nacional, ressalta a importância de pensarmos os partidos políticos. Para ela:

Essa maneira de tratar os partidos, essa coisificação, é tão comum que é mesmo constitutiva da identidade de cada partido. Quer dizer, além do estudo das relações entre os membros do partido, assim como das relações com os militantes de outros partidos, com os representantes do governo, eleitores, imprensa, é fundamental estudar a elaboração da memória e da identidade dos partidos políticos. (GRINBERG, 2009, p. 24)

A Arena é um dos elementos da ditadura mais imbuídos de uma memória social caricata, fazendo com que todos queiram renega-lo. Grinberg relata que durante a década de 1990 uma série de ex-membros do partido filiados ao Partido da Frente Liberal (PFL), tentaram desvincular sua imagem da Arena, visto que havia uma memória consolidada de que “[...] os políticos arenistas foram adesistas e totalmente subservientes ao Executivo.” (GRINBERG, 2009; 25).

Outro aspecto conflituoso da memória social destacado por Grinberg é a associação da Arena unicamente à União Democrática Nacional (UDN). Essa imagem, criada pelos antigos membros do Partido Social Democrático (PSD) que se vincularam ao MDB no AI-2, ofusca o fato de muitos *pessedistas* terem aderido à Arena. O fato é que no partido do governo tanto vincularam-se políticos da UDN e do PSD, tradicionais, sem contar uma série de autoridades do Estado Novo varguista que se filiaram ao partido.

Esse pensamento é ressaltado em um comentário que ficou marcado no folclore político brasileiro. A frase dita pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa ao jornal Pasquim de que “A Arena é a filha da UDN que caiu na zona”, além de ligar um partido ao outro, cria uma imagem moralista à UDN, partido golpista, que se perdeu na Arena, partido arbitrariamente criado pelos militares.

A grande adesão de membros de dois dos três principais partidos da época fez com que surgissem frases que entraram para o folclore político brasileiro, como a que diz que a Arena era o “maior partido do ocidente”, dita pelo deputado Francelino Pereira, na década de 1970. A legenda foi, de certa forma, uma grande cisão de

políticos, muitos deles rivais no âmbito local, fato que gerou uma série de conflitos nos diretórios regionais arenista.

Outra imagem construída sobre a Arena, relatada por Grinberg, é sua associação com o Partido Revolucionário Institucional (PRI), legenda criada em 1929 que buscou reunir os políticos que apoiaram a revolução mexicana.

Todos esses aspectos criaram no senso comum a imagem da Arena como um partido caricato, caracterizado pela sua adesão a um regime autoritário, que lhe rendeu a alcunha de partido do “*sim, senhor*”.

Minha análise sobre o partido na Paraíba não terá a intenção de reforçar esses aspectos, muito menos tentar redimir esse partido político de sua memória infame. Pensar historicamente o partido da ditadura é problematizar uma série de características que até hoje permanecem na cultura política local que aparentemente foram eliminados com o golpe de 1964, é problematizar uma suposta artificialidade do partido, de que ele não estava lá só para concordar com o executivo, mas que ele o fazia porque o projeto político dos militares lhes agradava ou convergia com os seus.

A ARENA NA PARAÍBA

O diferencial desse projeto é sua visão do partido do governo em seu aspecto local. Verticalizar a análise de um partido político tão complexo quanto a Arena na Paraíba é uma tarefa que requer a utilização de conceitos que possam indicar caminhos para a pesquisa. O conceito que será aqui discutido é o de cultura política. Esse conceito foi apropriado pela historiografia a partir da renovação da história política nos anos 1980, que, de acordo com René Rémond (1988), passou a ver o político não mais apenas nos eventos da curta duração e nos grandes personagens vinculados ao Estado, uma historiografia voltada para uma elite política que pode ser classificada como “[...] factual, idealista e psicologizante” (REMOND, 1988; 18).

A história política renovada passou a ver o político em aspectos coletivos, trazendo vários outros setores da sociedade para a análise. Para essa nova perspectiva, o político passou a ser visto como elemento importante para se compreender as ações humanas, indo além dos limites do Estado.

A cultura política, portanto, ajuda a analisar o comportamento político dos indivíduos na média e na longa duração. Utilizar o conceito de cultura política serve, de acordo com Serge Berstein (1998), para compreender o porquê um indivíduo, ou um grupo, adotam determinado comportamento político, permitindo que o historiador, a partir de discursos, gestos e dos argumentos, descubra as raízes e filiações de seu objeto de pesquisa, dando coerência ao seu comportamento político, e enxergando coesão nos grupos em torno de uma cultura. Portanto, para Rodrigo Patto Sá Motta (2009), cultura política ser conceituada como um:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

Partidos políticos podem ser o seio da formação e disseminação de culturas políticas, porém, a Arena é diferente dos partidos de massa (a exemplo dos partidos comunistas ou de operários), a cultura política de seus indivíduos não foi formada a partir dessa agremiação, ela foi elaborada arbitrariamente pelos militares com a intenção de melhor controlar os parlamentares. Sobre a comunhão de seus membros em torno da legenda e suas ações durante o regime são questionamentos que busco fazer na pesquisa para identificar permanências e rupturas na ação dos políticos arenistas na ditadura.

Traço como objetivos para compreender a atuação da Arena na Paraíba, contextualizar a situação político partidária da Paraíba nos anos 1960, mapear a formação do quadro da Arena a partir do AI-2, identificar como conviveram as oligarquias rivais de um determinado espaço que aderiram ao partido, relatar como os parlamentares das instâncias estadual e federal se posicionaram perante os militares e a sociedade e descrever como o partido encaminhava a escolha indireta de governadores e prefeitos das cidades consideradas zonas de segurança nacional.

Devido à complexidade da pesquisa, ela necessita de um longo prazo para ser cumprida. Seria complicado analisar toda a trajetória da Arena, de 1965 até 1979, em uma dissertação de mestrado. Portanto, nem todos os objetivos poderão ser cumpridos nesse primeiro momento. Recortarei minha análise para os anos de 1964, com o golpe civil-militar, até 1969, imediatamente após o AI-5. A partir de agora descreverei as ideias gerais de cada objetivo selecionado para analisar o partido na dissertação de mestrado.

ANÁLISE DO GOLPE CIVIL-MILITAR E A CONJUNTURA PARTIDÁRIA PARAIBANA NA DÉCADA DE 1960

Será feita uma descrição da situação político partidária da década de 1960 no estado, mapeando o posicionamento que cada partido, ainda do sistema pluripartidário, tomou na ocasião do golpe civil-militar de 1964. Serão destacadas especificidades da atuação de algum parlamentar na ocasião do golpe³ e questões de conflitos internos nos partidos. Outro aspecto a ser destacado foi como ocorreram as cassações dos mandatos parlamentares estaduais, que foram feitas pelos próprios membros da Assembleia Legislativa. Discorreremos também acerca dos conflitos dentro dos principais partidos da época e entre esses partidos e seus aliados⁴. Apresentam-se como fontes importantes

³ Algumas fontes já apontam para a atuação do então udenista Joacil de Brito Pereira, que se caracterizou pelo anticomunismo, pela crítica às Ligas Camponesas e pela invasão da Faculdade de Direito em João Pessoa na ocasião dos protestos estudantis contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Imediatamente após o golpe, foi um dos parlamentares que liderou as cassações dos mandatos dos deputados vinculados aos movimentos sociais.

⁴ Um conflito já conhecido, que Grinberg (2009; 56) especifica em seu trabalho, é um racha dentro da UDN na Paraíba, polarizado entre lacerdistas (partidários de Carlos Lacerda, governador da Guanabara) e agripinistas (apoiadores do principal nome do partido na Paraíba, o então senador João Agripino). Tal conflito fica claro na questão do “mandato tampão”, que prorrogou a permanência do presidente Castello Branco no poder em 1965.

para este tópico do trabalho os jornais que circulavam no estado⁵ e as atas do Conselho de Segurança Nacional e dos Inquéritos Policial Militar⁶.

A ORGANIZAÇÃO DA ARENA NA PARAÍBA E SEU DESEMPENHO NAS ELEIÇÕES

Aqui será discutido o processo de instauração bipartidarismo através do AI-2, bem como a formação dos quadros da Arena na Paraíba. Serão mapeados os políticos que ingressaram no partido a partir do registro do diretório nacional e regional, além do jogo de poder na divisão das oligarquias entre Arena e MDB⁷. Será também abordado nesse tópico a organização do partido e a construção do seu regimento interno. Aqui é interessante ver especificamente os colunistas políticos dos periódicos já citados, que relatam os bastidores dessas divergências políticas na formação do partido, mantendo-se sempre atento para o posicionamento político de cada jornal, além dos documentos no arquivo do diretório nacional do partido, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

No que diz respeito às eleições, a intensão é ver o desempenho dos políticos arenistas nos processos eleitorais e se isso se relaciona ou não com a aceitação da população ao governo militar. Uma característica que pode ser destacada nesse período é a possibilidade de subdivisão dos novos partido em sublegendas, aspecto que facilitou a convivência entre as oligarquias rivais nos municípios paraibanos.

No período recortado para esta dissertação, ocorreram dois pleitos, um em 1966, onde diretamente a população escolheu senadores, deputados estaduais e federais, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos de 67 municípios. O único caso de eleição indireta ocorreu neste ano em João Pessoa, onde o governador João Agripino, a partir do AI-3, escolheu Damásio Franca Neto como prefeito da capital, considerada zona de segurança nacional, fato que será discutido nesse tópico.

A outra eleição ocorreu no ano de 1968. Na qual foram escolhidos os prefeitos e vereadores de 104 municípios. Alguns casos podem ser destacados, como as eleições em Campina Grande, que foram motivos de vários debates, pois, visto a possibilidade do candidato do MDB, Ronaldo Cunha Lima, ganhar as eleições, os políticos da Arena tentaram enquadrar a cidade como zona de segurança nacional, na intenção de barrar a possibilidade de um emedebista sair-se vitorioso. Para o estudo das eleições utilizaremos os textos dos colunistas políticos dos jornais e as atas das eleições, localizadas no arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

Por ultimo, tentaremos especificar um caso de conflito político entre oligarquias locais que aderiram à Arena, sempre pensando nas práticas eleitoreiras

⁵ Os jornais de maior circulação no estado, como o *A União* (periódico oficial do Estado), *O Norte* (controlado pelo grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand) e o *Correio da Paraíba* (de propriedade do então deputado do PSD, Teotônio Neto), todos com exemplares disponíveis nos arquivos públicos de João Pessoa.

⁶ Disponíveis para os membros da Comissão Estadual da Verdade da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEV-PB)

⁷ José Octávio de Arruda Melo (2010; 52) descreve o caso do senador Ruy Carneiro, do PSD, que, devido conflitos políticos com João Agripino, entra em acordo com Castello Branco para ingressar ao MDB e ainda continuar apoiando o governo militar.

pertencentes às culturas políticas predominantes no estado, que continuaram a exercer influência na manutenção do poder. Inicialmente destaco a possibilidade de estudo dos conflitos na cidade de Serra Branca, onde Britos e Gaudêncio disputavam historicamente o poder local e a partir de 1966 deram continuidade à disputa dentro do mesmo partido.

A ARENA ENTRE A SOCIEDADE E OS MILITARES E AS CASSAÇÕES DOS ARENISTAS

Por último abordaremos mais profundamente a atuação dos parlamentares da Arena como representantes do povo no poder legislativo estadual e federal. Nossa intenção nele é ver como a Arena atuou como intermediário entre a sociedade civil e o governo militar de uma forma mais prática. A ideia é a partir dos discursos dos deputados do partido localizados nas atas da Assembleia Legislativa, identificar posicionamentos, opiniões, atendimento de demandas sociais e uma série de outras prerrogativas que um partido tem diante da sociedade, levando em consideração a especificidade de ser a Arena a base do governo autoritário.

Durante esses cinco anos de implantação da ditadura militar ocorreram algumas divergências entre a sociedade (que outrora apoiara o golpe) e o regime militar. O ano de 1968 foi significativo para entender esse termômetro social. Os movimentos estudantis e as greves dos trabalhadores da indústria refletiram em amplos setores sociais e a Arena estava no meio desse conflito, entre repressão militar e resistência social. Compreender como esses políticos se portaram nesses e em outros casos é importante para identificar a permanência de culturas políticas na atuação desses indivíduos, além de aspectos que atravessem a cultura histórica de um adesismo total.

Um último aspecto a ser analisado nesse trabalho é a perda dos mandatos dos deputados arenistas após o AI-5 de 1968. O processo de cassação dos deputados paraibanos só viera a ocorrer no ano de 1969, mas compreender esse aspecto é fundamental para repensar a ideia do partido como um simples adesista do governo militar. Vários foram os deputados estaduais e federais que devido seus posicionamentos ao longo dos primeiros anos da ditadura militar (ou até mesmo antes dela ser implantada) tiveram seus direitos políticos cassados, assim como ocorre uma variação de motivos para tais cassações. Para o aprofundamento da análise desse aspecto serão utilizados os documentos disponibilizados pela CEV-PB, juntamente os jornais que circulavam no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em menos de seis meses da aprovação do projeto ocorreram muitas mudanças. Desde o contato com as fontes até as reuniões com meu orientador, esse trabalho foi sendo recortado e repensado para a melhor análise do objeto proposto.

Não são muitos os resultados que podem ser apresentados nesse texto. Minha intenção em apresentar essas considerações iniciais em um evento como esse serve para

absorver as intervenções feitas pelos demais participantes que possam contribuir na realização dessa pesquisa.

Novas fontes, novos conceitos e curiosidades sobre a Arena são bem vindos para pensar o partido que agregou tantos políticos (muitos deles ainda em atividade) ao longo de 14 anos de existência.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.

GRIMBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MELO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder**: O (P)MDB na Paraíba (1965-1999). Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos, Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. “Memória História e Autoritarismos”. In: **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.